

ESP-COM.POLIC.AREA METROP-10

Termo de Referência 101/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
101/2026	180224-ESP-COM.POLIC.AREA METROP-10	ALBERTO JOSE PEREIRA GUEDES	19/05/2026 16:42 (v 0.6)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	13/2026	SEI 057.00199491/2026-19

1. Condições gerais da contratação

1.1. Solicitação de aquisição de materiais de limpeza e higiene para o Comando de Policiamento de Área metropolitana dez - CPA /M 10, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	BEC	UN DE MEDIDA	QTDE	VALOR UN (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Saco p/ lixo 60 L P/ uso domestico; de Polietileno; 60 Litros; Medindo Aprox (60 x 70)cm (l x A) , 6 Micras (mínimo); Preto, Sem Timbre,sem Furos, reforçado, seguindo a norma NBR 9191, garantia mínima de 12 meses	470833	5548233	pacote c/ 100 Un	300	56,2833	16.884,99
2	Saco p/ lixo 240 L Polietileno, Reforçado, uso Domestico; Com Capacidade de 240 L; Medindo aprox 115 x 115 Cm e até 72kg de cap; Na Cor Preta; mínimo 9 micras, de Acordo Com a Nbr 9191, garantia mínima de 12 meses	233909	5271231	pacote c/ 100 Un	150	80,5293	12.079,395
3	Saco p/ lixo 100 L uso Domestico; de Polietileno Reforçado; med aprox 105 Cm de Altura,75 Cm de Larg. C/ Minimo 06 micras; Preto, Sem	481090	5621208	pacote c/	200	65,98	13.196,00

	Timbre; Suportando No Mínimo 20 Kg, Ausencia de Furos, Identificacao do Fabricante; e de Acordo Com a Nbr 9191, garantia mínima de 12 meses			100 Un			
4	Detergente Liquido 500ml Aplic lava louça e limpeza geral, Fórmula Neutra, Alto Rendimento, Composição Biodegradável, dermatologicamente Testado, liquido Viscoso Transparente, Acondicionado Adequadamente, com Bico Dosador, val mínima de 12 meses da fabricação; - <i>Marcas de referência: Ypê, Limpol, Minuano</i>	307034	6023690	Frasco c/ 500 ml	2500	3,3550	8.387,50
5	Sabão em Pó 800 gramas em caixa de papelão, concentrado, Possui pH alcalino (entre 10,4 e 11,4), Limpeza Profunda, alta Dissolução, Principio Ativo Alquil Benzeno Sulfonato de Sodio, Alcalinizante; Coadjuvante, Carga, Sequestrante; Teor de Ativos Branqueador Optico, Fragrancia, Corante, , para Limpeza uso Geral e de Roupas, Validade Minima de 20 Meses a Partir Da Data de Entrega; garantia mínima de 12 meses - <i>Marcas de referência: Omo, Tixan Ypê, Brilhante</i>	600612	5409268	caixa c/ 800 gramas	240	17,03	4.087,20
6	Esponja para Limpeza Tipo Multiuso, Com Bactericida; Med Aprox 20x 110 x 80 Mm; Com Forma Retangular; Em Poliuretano; Design Dupla Face: Combina uma manta abrasiva para sujeiras difíceis e uma espuma macia para limpeza suave, qualquer cor, garantia mínima de 12 meses	628718	4384571	Pacote c/ 3 Unidades	400	16,6559	6.662,36
7	Vassoura tipo gari 40cm cepa plastica ou Madeira; Com 400 Mm de Compr e aprox ,60 Mm de Largura e 30 Mm de Espessura; Com No Mínimo 56 Furos de 10 Mm de Diametro, Distribuidos Em 3 Carreiras de Forma Equidistante; Com Cerdas de Piacava Natural e Altura Apos a Fixacao de No Mínimo 100 Mm e 450 Mm de Larg.; Cabo de Madeira Com Rosca,	481234	5328217	Unidade	200	35,7380	7.147,72

	Comprimento de 1500 Mm e Espessura de 28 Mm; Rosca Em Plastico de 28 Mm-medidas aprox, garantia mínima de 12 meses -						
8	Rodo de limpeza Com Cepa de plastico; Cepa Medindo 40cm; Borracha Dupla; Cabo de Madeira Revestido Em Polipropileno; Cabo Medindo 120cm; Rosca Em Polietileno Baixa Densidade, garantia mínima de 12 meses	626109	4787021	Unidade	200	17,3708	3.474,16
9	Pano/toalha microfibra p/ Limpeza 40 x 40cm Gramatura: 70 G /M2, medidas mínimas 40 x 40 CM, Alta Capacidade De Absorção, qualquer cor, Tipo: Toalha, Pano de Limpeza; Composto de microfibra, Com Costura Nas Bordas; em qualquer cor; Acondicionado Em Embalagem Adequada, garantia mínima de 12 meses	617100	4943368	Unidade	1500	11,15	16.725
10	Pano de Prato Armacao Textil; 100% Algodao; Gramatura Aprox 240 G/m2; tam Aprox 70 x 40Cm; Branco estampado, bordas costuradas, garantia mínima de 12 meses	433338	5219655	Unidade	1000	5,5956	5.595,60
11	Flanela média Material: 100% Algodão, medindo: 53 x 33 CM aprox, Cor: Amarela, branca ou azul, limpeza em geral, garantia mínima de 12 meses	420506	5997933	Unidade	1500	5,3768	8.065,20
12	Luva De Proteção Latéx , forrada internamente,alta elasticidade: Antiderrapante, Antialérgico, Reutilizável, azul, verde ou amarela, P, M e G - um terço de cada tamanho do total, garantia mínima de 12 meses	450456	6495966	Pares	400 P 400 M 400 G Total de 1200	13,1933	15.831,96
	Sabonete Líquido Líquido, Perfumado , Acidez: Ph Neutro, Composição: Glicerina ,						

13	Aroma: Lavanda ou erva doce, Cremoso, Suave, Ph Neutro (6 A7,5); Viscoso a 20° c; biodegradavel, Validade Minima de 18 Meses Na Data Da Entrega, Registro No M S; garantia mínima de 12 meses	472873	6410391	Galão c/ 5 Litros	200	40,9435	8.188,70
14	Desinfetante Liquido Ação Antimicrobiana, Princípios Ativos Comuns: Pode ser à base de quaternário de amônio, hipoclorito de sódio, álcoois ou peróxido de hidrogênio, Ação em Matéria Orgânica, aromatizado, garantia mínima de 12 meses - <i>Marcas de referência: Veja, Pinho Sol, Ypê</i>	630559	6355170	Frasco c/ 1 litro	500	21,5770	10.788,50
15	Álcool Etílico 46 % Teor 46 Inpm, Líquido; Embalagem Adequada; Produto Sujeito a Verificação No Ato Da Entrega, Prazo de Validade de 20 Meses Da Data de Fabricação; de acordo com a Anvisa	428582	4339541	Frasco c/1 litro	350	11,4691	4.014,185
16	Limpador Multiuso Composição: tensoativos (como linear alquil benzeno sulfonato de sódio - LAS), solventes e agentes alcalinizantes, ação desinfetante, Líquido, Limpeza Em Geral, Concentrado, Biodegradável, lavanda, garantia mínima de 12 meses - <i>Marcas de referência: Veja, Ajax, Ypê, Azulim</i>	481024	5618380	Frasco c /500 Mililitros	800	6,9425	5.554,00
17	Vassourinha/escova p/ limpeza de vaso sanitário Plástico, Limpeza Sanitária; com suporte, medidas mínimas: 30 cm de comp e 7 cm de diametro da escova; Cerdas Em Nylon Sintetico;qualquer cor; Min de 15 Cerdas Por Tufos	278323	1583859	Unidade	200	13,0568	2.611,36
18	Pastilha Sanitária - Adesiva Adere diretamente na parede interna do vaso, eliminando a necessidade de cestinhas plásticas, durar até 130 ou mais descargas, Essência: lavanda, floral, citrus ou marine, Aspecto Físico: Sólido, Pastilha Adesiva - <i>Marcas de referência: Pato, Harpic, Frescor</i>	465064	178233	caixa c/ 3 unidades	400	14,0413	5.616,52

19	Lã de aço La de Aço, abrasivo de limpeza, Composto de Aço Carbono; Acondicionado Em Saco Plastico de 45g - <i>Marcas de referência: Bombril, Assolan</i>	304925	1319310	pacote c / 45g	800	3,7164	2.973,12
20	Limpa Vidro com alcool Para vidros e janelas, vitrines e espelhos, Lauril Eter Sulfato de Sodio; Nonil Fenol Etoxilado,co alcool,eter Glicolico; Hidroxido de Amonio,corante,perfumado; e Agua; Com Validade Ate 3 Anos; Acondicionado Em Frasco Plastico; Com Gatilho e refil	300935	1483331	Frasco c /500 ml	500	29,6667	14.833,35
21	Inseticida domestico Aerosol Líquido, Aerosol; sem cheiro, trava na tampa com imiprotrina 0,07%, cipermetrina 0,20%; Solvente, antioxidante,emulsificante,veiculo e Propelentes; Embalagem Apropriada - <i>Marcas de referência: SBP, Raid, Bayer</i>	462542	6375804	Frasco c/ 360 ml	500	31,8337	15.916,85
22	Pá de Lixo Plástico/Polipropileno, com cabo em Madeira revestido em pvc /Polipropileno, Comprimento Cabo: 100 CM, Comprimento: 25 CM, Largura: 24 CM, Altura: 8 CM aprox	477057	5312035	Unidade	200	23,8814	4.776,28
23	Desodorizador de ambiente Essência: lavanda/Floral /Jasmim ,ação imediata, neutralização de odores, Aplicação: Aromatizador Ambiental , Composição: Solubilizantes, Coadjuvantes, Perfumes E Butano - <i>Marcas de referência: Bom Ar, Glaide, Air Wick</i>	307360	6120296	Lata c/ 360 ml	200	22,9067	4.581,34
24	Rodinho para Pia de cozinha Com Cepa de Plastico, Cepa de 14 a 16cm; Borracha: Natural; Simples; Cabo de Plastico; Medindo 21cm de Comprimento, medidas aproximadas	607532	4522168	Unidade	100	9,1648	916,48
	Álcool gel 70%						

25	Em Gel Neutro; Incolor; Composto de Alcool Etilico a 70%,Acondicionado Em Plastico, Embalado a Vacuo, Com Valvula Dosadora e Anti Retorno, Validade mínima de 12 Meses a Partir Da Data Da Entrega	380018	4393678	Frasco c / 1 litro	400	26,9168	10.766,72
26	Agua Sanitária Composição Química: Hipoclorito De Sódio, Hidróxido De Sódio, CloretoTeor Cloro Ativo: Varia De 2 A 2,50%,Classe Corrosivo: Classe 8 Número Risco: 85 Risco Saúde: 3 Corrosividade: 1 Peso Molecular Cloro: 74,50 Densidade: De 1,20 A 1 G/L, incolor, Lavagem E Alvejante De Roupas, Banheiras, Pias, Tipo: Comum - <i>Marcas de referência: Ypê. Super Candida, Qboa, Sanol, Suprema</i>	226700	442992	Galão c/ 5 Litros	100	20,1767	2.017,67
27	Suporte dispenser para Copo Material: Plástico, Capacidade mínima p / 100 Copos ,Base Dispensador/Bocal Saída/Cilindro Transparente, Sistema Poupa Copo /Alavanca Acionamento /Caixa 24,5 , p/ copo Descartável Plástico de 200 ML , Dimensão: 50 X 19 X 16 CM - aproximadamente, predominantemente na cor branca, para fixação em parede	607812	6326331	Unidade	30	57,41	1.722,30
28	Lixeira/Coletor para Copo descartável Em Pvc - Cloreto De Polivinila, Cap mínima p/ 300 copos de 200ml, com 02 Torres, para copos de 200ml descartáveis, na cor branca ou cinza claro	359235	6399940	Unidade	50	60,4057	3.020,285
29	Dispenser p/ Papel Toalha Plástico Abs , Tipo: Interfolha , predominantemente na cor Branca, branco opaco ou gelo, cap mínima 250 folhas, Interfolha 3 Dobras: 23x27 Cm E 2 Dobras: 23x23 Cm , Dimensões: 32 X 26,70 X 12,80 Cm - medidas aprox	372651	5715504	Unidade	30	62,19	1.865,70
30	Dispenser p/ alcool gel ou sabonete liquido Em Plástico Abs , Capacidade: mínima 800 ML, Fixação em Parede , resistente e durável,na cor Branca, valvula dosadora,	469570	6159621	Unidade	20	51,6168	1.032,336

	Visor Frontal transparente, P/ alcool Gel Ou Sabonete Líquido						
31	Sabão líquido/lava roupa Detergente Líquido para Roupa concentrado; Alquil Benzeno Sulfonato de Sodio; Alquil Eter Sulfato de Sodio, Polialquiletoxilato, Enzima; Fragrancia de lavanda glicerizada ou neutra, Branqueador Optico, Acondicionado de Forma Adequada; Ph > 7; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa; Validade Minima de 20 Meses a Partir Da Data de Entrega - <i>Marcas de referência: Omo, Ariel, Tixan Ypê, Ariel, Brilhante</i>	633573	6408265	Galão c/ 5 Litros	100	59,3917	5.939,17
32	Balde de Polipropileno 20 Litros 20 Litros Graduado Com Alça em Metal , azul, verde ou amarelo	419111	5558158	Unidade	150	30,4616	4.569,24
33	Balde de Polipropileno 30 Litros 30 Litros Graduado Com Alça em Metal , azul, verde ou amarelo	428395	4683277	Unidade	150	44,6848	6.702,72
34	Saco p/ lixo 100 L Transparente uso Domestico; de Polietileno Reforçado; med aprox 105 Cm de Altura, 75 Cm de Larg. C/ Minimo 06 micras; transparente, Suportando No Minimo 20 Kg, Ausencia de Furos, Identificacao do Fabricante; e de Acordo Com a Nbr 9191, garantia mínima de 12 meses	632002	4071018	pacote c/ 100 Un	200	97,82	19.564,00
TOTAL						R\$ 256.570,9510	

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.1.1. Com relação ao item 12, observar a definição de 1/3 (um terço) de cada tamanho para o total de 1200 pares.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o [Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023](#).

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como bens comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar elaborado nos termos do [Decreto Estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023](#).

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, observando o disposto no [artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023](#).

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do [artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

1.5. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.6. O contrato não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. Fundamentação e descrição

Fundamentação e Descrição da Necessidade da Contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência, conforme rege-se os motivos:

- **Controle de Contaminação, Saúde Pública e Higiene:** Manutenção, desinfecção e limpeza para evitar a proliferação de doenças, vírus e bactérias nos ambientes internos;
- **Continuidade dos Serviços:** Assegurar que as atividades não sejam interrompidas por falta de materiais de higiene básica;
- **Ambiente de Trabalho e Atendimento:** Promover um ambiente limpo e organizado, o que aumenta a qualidade do atendimento ao cidadão e o bem-estar do nosso público interno;
- **Conservação do Patrimônio:** Utilização de materiais adequados para a preservação dos equipamentos e estrutura dos prédios públicos, evitando deterioração;
- **Cumprimento Legal:** Atendimento às normas de vigilância sanitária e segurança no trabalho, a exemplo da Norma Regulamentadora - NR-24, que preconizando condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do [Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023](#), conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. A presente proposta de contratação viabiliza-se mediante o conceito do tripé da sustentabilidade, que diz respeito a um conjunto de três aspectos que são considerados fundamentais para a administração de uma empresa ou de uma organização. Considerando a triple bottom line ou o tripé da sustentabilidade, criado em 1994 pelo empresário britânico John Elkington, destacamos:

Sustentabilidade Ambiental.

4.1.2. Sustentabilidade ambiental visa o uso responsável dos recursos naturais para preservá-los para gerações futuras, promovendo práticas que minimizam danos ao meio ambiente, optar quando possível por produtos de empresas que adotam práticas sustentáveis, como o uso responsável da água e a preservação da biodiversidade.

Sustentabilidade Social

4.1.3. A sustentabilidade social envolve a adoção de práticas que promovam o bem-estar e a justiça social ao longo da cadeia de suprimentos, isso inclui a escolha de fornecedores que garantam condições de trabalho justas, respeitando os direitos dos trabalhadores, apoiar empresas que praticam a inclusão social e que promovem a transparência nas relações comerciais, são essenciais para garantir um impacto positivo na sociedade, essas práticas são fundamentais para uma licitação comprometida com a responsabilidade social e a sustentabilidade.

Sustentabilidade Financeira

4.1.4. Como já adiantamos, a sustentabilidade empresarial diz respeito ao conjunto de todas as práticas realizadas por uma organização em prol de um crescimento consciente, ou seja, que não prejudique o meio ambiente e a sociedade. A contratação ora proposta, por meio dos atos licitatórios, contribui para ampla concorrência, bem como incentiva a criação de soluções de mercado e novas empresas, auxiliando na geração de empregos, injetando dinheiro na economia. Conforme o conceito, a presente contratação está alicerçada nesses três aspectos, os quais interagem de forma harmônica na direção da gestão, garantindo a integridade do planeta e da sociedade, atuando positivamente para a economia do dinheiro público, contribuindo para o crescimento econômico.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.2. Conforme especificações do item 1.1.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3. Veda-se a entrega de materiais/produtos que não estejam em conformidade com a legislação pertinente aos órgãos normatizadores e regulamentadores, como, por exemplo, ANVISA, INMETRO, NBRs., o produto a ser fornecido deverá estar apto ao uso de sua finalidade, seguindo os padrões técnicos da legislação vigente.

Da exigência de amostra

4.4. Poderá a Administração Pública exigir amostra quando as informações constantes no catálogo gerem dúvidas ou sejam insuficientes, conforme [artigo 17, paragrafo 3º da Lei nº 14.133/21.](#)

Da exigência de catálogo

4.5. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar catálogo em português com informações fidedignas do produto, contendo ficha técnica, fotos e outras informações que se façam necessárias a avaliação assertiva do item, que será enviado por endereço eletrônico a fim de ser analisado pelo Setor de responsável ao correspondente com o produto pretendido.

4.6. Os catálogos poderão ser enviados no endereço eletrônico: cpam10uge@policiamilitar.sp.gov.br ou entregues no **endereço:** Rua Dr. Rubens Gomes Bueno nº 231 - Várzea de Baixo – São Paulo– SP, CEP 04724-003 - Comando de Policiamento de Área Metropolitana dez - CPA/M-10, no prazo limite de **5 (cinco) dias úteis**, sendo que o fornecedor assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.7. É facultada prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.8. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade para todos os itens:

4.9. Produto de acordo com o exigido nas especificações do item 1.1. deste Termo de Referência;

4.10. Produto bem-acondicionado em embalagem adequada (nos casos em que se fizer necessários - de acordo com a particularidade de cada produto/mercadoria).

4.11. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.12. Se os catálogo(s) apresentado(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceito(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação, assim, sucessivamente, até a verificação de um que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.13. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio (quando for o caso).

4.14. O material final entregue deverá estar idêntico ao catálogo aprovado. Caso a Contratante constata qualquer divergência entre o material aprovado no catálogo, bem como quantitativo entregue, a Contratada deverá substituir/acrescentar os itens às suas expensas.

Da exigência de carta de solidariedade

4.15. Não será exigida carta de solidariedade

Garantia da contratação

4.16. Não haverá exigência de garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Entrega.

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 (dez) dias úteis, contados do empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Dr. Rubens Gomes Bueno nº 231 - Várzea de Baixo – São Paulo - SP, CEP 04724-003 - Comando de Policiamento de Área Metropolitana Dez - CPA/M-10.

5.4. No horário compreendido entre às 08h00min e 17h30min, em dias úteis, de segunda a sexta-feira.

Garantia, manutenção e assistência técnica.

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

5.6. A garantia será prestada com vistas a manter os produtos/equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.7. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.8. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.9. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.10. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 7 (sete) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento (se for o caso) das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.11. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.12. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos de atendimento de emergência durante a execução dos reparos.

5.13. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar fornecedor diverso para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

- 5.14. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.
- 5.15. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. Modelo de gestão do contrato

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17](#)).
- 6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II](#)).
- 6.7.2. Não se aplica.
- 6.7.3. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV](#)).
- 6.7.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso ([Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º](#)).
- 6.7.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II](#)).

Fiscalização Administrativa

- 6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III](#)).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV](#)).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do [art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.9. Não se aplica.

Gestor do Contrato

6.10. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º](#)).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX](#)).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VI](#)).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII](#)).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único](#)).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 07 (sete) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 07 (sete) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. No caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o [inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.9.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o [inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.14. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do [art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#).

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável ([art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#), c/c o art. 1º do [Decreto estadual nº 32.117, de 1990](#)), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.20.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do [art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. Não se aplica.

Antecipação de pagamento

7.24. a 7.32. Não se aplica.

8. Forma Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será com entrega imediata.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual** - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária,** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. [107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#). (quando for o caso)

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [§ 3º do art. 2º do Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023](#). (quando for o caso)

8.13. **Produtor Rural pessoa física:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB nº 2.110, de 17 de outubro de 2022 \(arts. 15 a 17 e 146\)](#) - (quando for o caso)

8.14. Não se aplica.

8.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva. (quando for o caso)

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

8.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.22. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei

8.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal. Qualificação Econômico-Financeira

Qualificação Econômico-Financeira

8.24. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#) [c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)) desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

8.25. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

8.26. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.26.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º](#)).

8.26.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.26.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação aplicável;

8.27. O atendimento dos índices econômicos previstos nesta seção deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor

Qualificação Técnica

8.28. Registro ou inscrição do licitante na entidade profissional no respectivo órgão de regulamento profissional, em plena validade (quando for o caso)

8.28.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista na subdivisão acima por meio da apresentação, no momento da celebração da contratação, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil

8.29. Comprovação de capacidade operacional para execução de fornecimento similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

8.29.1. Não se aplica.

8.29.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de fornecimento similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de fornecimentos executados de forma concomitante,

8.29.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

8.29.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos

8.30. Prova de atendimento aos requisitos (quando for o caso)

Outras comprovações

8.31. Não se aplica.

9. Estimativas do Valor da Contratação

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 256.570,95 (duzentos e cinquenta e seis mil reais, quinhentos e setenta reais com noventa e cinco centavos). O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no [Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023](#).

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2 Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALBERTO JOSE PEREIRA GUEDES

Cb PM - Auxiliar de Logística



Assinou eletronicamente em 19/05/2026 às 15:35:14.

ALEX SANDRO COSTA RODRIGUES

1º Ten PM - Agente de Contratação



Assinou eletronicamente em 19/05/2026 às 16:42:20.

